

PEDRINHO BARBEIRO: MÁRTIR DA REVOLTA DOS POSSEIROS

NERI FRANÇA FORNARI BOCCHESI

(1) Licenciada em Geografia, M. Sc. em Ciências Sociais Aplicadas – Economia, Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná - CEFET-PR - Campus Sudoeste - Unidade Pato Branco.

neri-geo@pb.cefetpr.br;

RESUMO – Com este artigo, resgata-se parte da epopéia da Revolta dos Posseiros no Sudoeste do Paraná. Nele objetiva-se contar e registrar, a trajetória de Pedro José da Silva, conhecido como Padrinho Barbeiro. Foi ele o único homem, com atividade público, dos envolvidos no conflito, a ser assassinado pelos jagunços das Companhias. Vereador de Pato Branco, mártir da Revolta, morto na própria casa em construção, no Distrito de Verê. O bárbaro crime foi encomendado por Lino Marchetti, gerente da Comercial com sede em Francisco Beltrão e, ao crime não foi dada importância nem pelas autoridades locais e, nem pelas Estaduais.

Palavras-Chave: Revolta dos Posseiros, Agricultores, Jagunços, Companhias.

PEDRINHO BARBEIRO: MÁRTIR DA REVOLTA DOS POSSEIROS

1. INTRODUÇÃO

Em 1957, o Sudoeste do Paraná, presencio, ao mesmo tempo que participou de uma dramática situação fundiária. A Revolta dos Posseiros foi comparada a Questão de Canudos, vivida no Nordeste do Brasil. O desbravar das terras Sudoestinas encontrou resistência no caos administrativo evidenciado no Estado do Paraná, resultante tanto do conflito de interesses entre a União e o Estado, como das Companhias do Grupo de Moysés Lupion, criadas para medirem e venderem as terras, já com Posse dos agricultores vindos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Este caos na administração estadual, a falta de ação do poder Judiciário, com arrimo dos interesses políticos facilitou o papel inumano da ação das Companhias. Fazendo com que se instalasse um espaço de violência e exploração camponesa na região. A revolta provocada pelo descaso das autoridades e o abuso de poder das Companhias culminou com o movimento regional dos Colonos, das Emissoras de Rádio e dos homens de Bem de Pato Branco e Francisco Beltrão. O movimento inicia-se na Praça de Pato Branco, em frente a Rádio Colméia, em 09 de outubro de 1957. Este movimento regional teve dimensão considerável, reuniu milhares de agricultores e outros trabalhadores e subverteu a ordem estabelecida, através da tomada de várias cidades do Sudoeste do Paraná: Santo Antonio do Sudoeste, Capanema. Pato Branco e Francisco Beltrão pelos revoltosos.

2. ANTECEDENTES HISTÓRICOS

No Paraná, os partidos PSD e PTB nasceram da articulação política de um mesmo homem, o Senhor Moysés Lupion de Troya, herdeiro político do ex-interventor Manuel Ribas. Dessa articulação, em 1947, o fez primeiro governador do Paraná

eleito pelo voto direto, cargo esse que voltaria a ocupar nos anos de 1956 e 1960. Moysés Lupion dominou a cena política paranaense por mais de 15 anos, e foi o único líder populista do Paraná entre o período liberal de 1946 a 1964. A madeira foi o grande negócio do chamado "Grupo Lupion", que se dedicava à sua extração, beneficiamento e exportação. Esta atividade, tendo caráter eminentemente extensivo, transformou a região Sudoeste em local privilegiado para o interesse do grupo. Nas palavras de Bento Munhoz da Rocha (foi governador do Paraná, ministro da agricultura e professor da UFPR):

"A materialização desse interesse surge na região, no final do primeiro governo Lupion, como nome de Clevelândia Industrial e Territorial Ltda. – CITLA, explorando a comercialização das terras litigiosas das Glebas Missões e parte de Chopim."

A CITLA passou a operar livremente na região, e com a utilização de métodos violentos, com o uso de jagunços, impediu que os colonos negociassem a compra das terras livremente com outras companhias. Foram inclusive estes métodos de persuasão que proibiram os colonos de negociarem com a Comercial Agrícola Paraná Ltda. e a Imobiliária Apucarana, o que serviu de estopim para o movimento camponês. Ruy Wachowicz relata de forma simplória, este período:

"Embora os acontecimentos que marcaram o Sudoeste do Paraná em 1957 tenham gerado uma situação política insustentável e indefensável, o presidente JK não interferiu explicitamente na região. O que houve foi uma intervenção mascarada do Exército em Francisco Beltrão. O Exército não cumpriu no Sudoeste do Paraná a tradição de confronto e de acomodação dos movimentos camponeses, a exemplo de Canudos, Contestado ou o Araguaia. Muito pelo contrário, esteve ao lado dos camponeses e em uma ação relâmpago garantiu a tomada da cidade de Francisco Beltrão pelos colonos, retirando-se em seguida para seu acantonamento, assumindo daí para frente um papel de neutralidade."

3. A HISTÓRIA DO LEVANTE

A história e a população contam que desta contenda popular onde houve muito martírio entre eles, ocorreu a morte de um líder político o vereador Pedro José da Silva, o herói da Revolta dos Posseiros que, assim como Tiradentes também se tornou conhecido pela profissão exercida, Pedrinho Barbeiro.

Pedro José da Silva, filho de José Luiz da Silva e Maria Lucinda Gomes, nasceu em Tubarão, Santa Catarina, em 15 de janeiro de 1917. Com os pais mudou-se para a cidade de Caçador-SC, onde em 1940 como todo o brasileiro alistou-se para prestar o Serviço militar. Recebeu o Certificado de 3ª Categoria emitido em Curitiba no Paraná, trazendo o mesmo a data de 21 de novembro de 1955. Foi um homem de cútis branca, cabelos pretos, olhos azuis, portador de 1.65 m de estatura. Concluiu o Primário. Casado com Elvira de Lima, conhecida entre os seus e os amigos como Dona Vivi. Tiveram quatro filhos, três mulheres e um homem, batizados como Lindomar, Guiomar, Zigomar e Valdemar. No ano de 1948, Pedrinho, transferiu-se da cidade de Caçador para Pato Branco, com a sua família.

3.1 O CIDADÃO PEDRO JOSÉ DA SILVA- PEDRINHO BARBEIRO

Na data de 23 de outubro de 1952, Pedrinho Barbeiro passou a trabalhar na Secretária da Agricultura, exercendo o ofício de Classificador de Produtos.

Homem inquieto, participava também em diferentes atividades na comunidade. Foi nomeado Inspetor de Polícia pela Delegacia de Pato Branco, em 07 de novembro de 1953. Em função do cargo, passou a morar em Verê, distrito de Pato Branco. Recebeu ainda a nomeação de Agente Arrecadador em 18 de novembro, efetivada pelo primeiro prefeito Plácido Machado do recém criado município de Pato Branco. Em 12 de abril de 1954 recebeu o cargo de subdelegado o distrito de Verê.

Em 18 de novembro de 1956, na segunda Legislatura, foi eleito vereador pelo PTB-Partido Trabalhista Brasileiro, fundado por Getúlio Vargas. Eleito com 100 votos, votação expressiva para

o número de eleitores. O prefeito eleito foi Harry Valdir Graeff. Os vereadores que compunham o Legislativo eram nove. Pedro José da Silva eleito pelo o distrito de Verê, os demais vereadores eleitos por Pato Branco.

Germano Corona ilustre político de muitas legislaturas na Verância de Pato Branco, no ano de 1956, também foi eleito pelo PTB e juntos trabalhavam na Câmara Municipal. No Suplemento do Jornal Folha do Sudoeste escreveu sobre Pedrinho Barbeiro, seu Compadre, padrinho do Valdemar. Disse o Senhor Corona:

“ O Pedrinho era um homem de princípios idealistas. Acima da linha partidária como vereador como subprefeito, ele tinha uma característica de idealismo muito forte. Homem que buscava a justiça, com muita personalidade e muita seriedade.

Como vereador era dinâmico e idealista, lutador pelos interesses do seu partido. Era um cidadão que, realmente, hoje se encontram poucos do tipo e do sistema dele”.

Pedrinho Barbeiro, com o seu trabalho e, seu carisma era muito bem quisto pelos agricultores. A respeito dele escreveu o posseiro João Matos residente em Verê: Ele gostava de uma carreira de cavalo, gostava de bailes, reuniões de famílias, brodos que naquele tempo se fazia muito. Era um cara aberto e, onde ele estivesse, parece que conquistava as pessoas, era um líder e um homem de coragem. Nem o Raul Teixeira um dos maiores bandoleiros que o Sudoeste já teve, pôde com ele”.

Um homem com capacidade de liderança, envolvido com a comunidade e o tempo conturbado por que passava o Sudoeste do Paraná não é de se estranhar que mesmo sendo recém chegado ao Paraná abraçou a causa dos colonos.

O senso de justiça, herdado da sua formação, trazida de berço, uma presença constante no convívio social, se tornou um cidadão de prestígio junto ao povo.

A desamparada população do Sudoeste, mais jogada nas mãos dos Jagunços que das autoridades constituídas, confiou na lealdade de quem pregava e vivia na constância da justiça natural das coisas. “A terra pertence aos que nela trabalham e, a adquiriram com o esforço do seu labor”.

Com essa convicção, os colonos passam a confiar, a ter esperança e expectativas na solução dos graves problemas fundiários na ação do vereador Pedro José da Silva.

Como foi ele, um cidadão que primou pela justiça e mesmo sem ter todo o entendimento do problema, sem ter claro a quem pertencia com legitimidade a terra, se aos colonos ou as Companhias, ele se pôs em busca de uma solução, dentro da ótica da justiça. Não foi à luta, sem reflexão: "... se a presença da empresa fosse legítima, não haveria por que fazer oposição a ela e se os colonos não querem pagar as terras, conquanto que tudo fosse feito num clima de tranqüilidade e sem as violências que estavam ocorrendo. Se por outro lado a empresa fosse à grileira e, usurpadora, teria que ser retirada pelo Governo antes que os colonos o fizessem de forma violenta" .

Com o acordo feito entre ele e os colonos, houve uma tomada de assinaturas autorizando-o a ser o porta voz desses junto ao governo Federal. Assim, Pedrinho Barbeiro preparava-se para uma viagem ao Rio de Janeiro, na época, capital da República, levaria pessoalmente as assinaturas e se inteiraria da verdadeira situação das Companhias Colonizadoras já que elas também representavam o Governo Federal, na ocupação da terra.

Ele iria ser o portador dos colonos para levar até as autoridades competentes, o saber sobre as agressões pessoais, sobre os desmandos da Lei, praticada em todo o Sudoeste do Paraná, pelas Companhias, com a convivência das autoridades constituídas. E, com um peso ainda maior para a questão política, tanto o Governo do Estado do Paraná e o Presidente da República, pertenciam ao mesmo partido, comungavam, portanto dos mesmos ideais.

Imbuindo desse plano, o qual se tornou público e, chegou ao conhecimento da Companhia Comercial. Para os dirigentes da Companhia, não convinha que o Governo Federal, tomasse ciência de forma oficial, da realidade. Eram sabedores que não agiam dentro das Leis vigentes.

Pedrinho Barbeiro, homem de Princípios não se deixou subornar pela Companhia, fato comum entre as autoridades do Paraná. Propuseram a ele, que desistisse de levar a verdade e,

queriam mais, que cancelasse a viagem ao Catete. Exigiram, ainda que ele, não se intrometesse onde não fora chamado. Pedro José da Silva teria respondido: “se me matarem decerto não vão comer a minha carne”.

Preparava-se para a viagem, imbuído de seus propósitos não se deixou intimidar. Como homem de Bem, acreditava que a Verdade sempre aparece e seria vencedora.

Exercia uma atividade, pois dos cargos públicos, por se muito honesto, não sobrevivia, estava ele construindo uma casa. Era o dia 21 de maio de 1957, num jipão, daqueles de tração nas quatro rodas, com dois indivíduos estranhos para comunidade do Verê, desembarcaram e depois de uma rápida conversa junto da construção, propuseram a venda de um revólver, gastaram o tempo suficiente para certificarem se o carpinteiro era realmente, o homem procurado. Um dos estranhos sem piedade nenhuma o fuzilou ali mesmo, no local de trabalho. Eram eles empregados/jagunços que a mando de Lino Marchetti, gerente da Comercial calaram a voz daquele que iria defender os sofridos e desamparados colonos do Sudoeste do Paraná. Tempo depois, no depoimento de 21 de outubro de 1957, o pistoleiro Lourenço José da Costa, conhecido como Maringá, ao Juiz de Pato Branco, Dr José Meger, disse ele que, o jagunço João Alves, vulgo João Pé-de-chumbo, foi quem deu os disparos. Eles executaram um inocente, Mártir do movimento. O vereador Germano Corona, tentou chegar até Verê, porém os jagunços controlavam a estrada no além-Santana, não permitiam que se transitasse, o mandaram de volta. A morte de Pedrinho Barbeiro teve repercussão Nacional. A imprensa fez ampla cobertura do fato. O Senador Othon Mader, denunciou no Congresso Nacional e, Antônio Anibelli, o fez na Assembléia Legislativa do Paraná.

No Sudoeste, o fato causou impacto, até mesmo entre os que estavam a favor das Companhias, tomaram partido em favor da Ordem e da Legalidade dos fatos.

Julio Assis Cavalheiro gerente do escritório da Citla em Francisco Beltrão se pronunciou: “...e o que mais revoltou foram aqueles crimes da Comercial. Crimes horríveis, por exemplo o do Pedrinho Barbeiro. Ah, ele era um homenzinho trabalhador, um

homem que queria cuidar da sua família. Quieto ele conversava, mas não era má pessoa, não era bandido. Era trabalhador, boa pessoa. Esse foi um crime horrível. Só porque ele comentava, decerto né, alguma coisa dos capangas da Comercial, né. Mas dava para reparar, pois, eles andavam tudo armado, né. Então ele comentava aquilo e os jagunços foram matar ele lá na casa dele”.

Em Pato Branco, o PSD, partido que apóia as Companhias, na voz do seu Presidente Guerino Zandoná, subscreveu o manifesto dos partidos políticos com representação local, condenando o ato criminoso: “..o assassinato sem precedentes levado a efeito por elementos pertencentes à Companhia Colonizadora aqui sediada atacando, enlutando, destruindo e mutilando famílias de bravos colonos radicado nesta região, tendo por égide o cruel assassinato de Pedro José da Silva, Vereador, representante do distrito de Verê e desta comarca de Pato Branco...”.

Porém a ação ficou só no discurso foi para impressionar a população. O PDS legalmente não tomou atitude nenhuma. O Estado continuou com a mesma disposição em favor das Companhias. O Delegado não agiu, ignorou o fato. Não foi feito levantamento do crime, não foi nem ouvido as testemunhas.

A morte do Vereador passou despercebida pelas autoridades. O médico legista, vindo de Curitiba, fez a autópsia, mas os laudos se perderam, a Chefatura de Polícia do Estado, presidida pelo Senhor Alfredo Pinheiro Júnior agiu como determinou o governo do Estado. Esqueçam que um Homem e, um Homem, detentor de cargo público, foi assassinado.

Mesmo assim, o corpo foi trasladado e velado na Câmara Municipal de Pato Branco. O vereador Germano Corona, com sua família prestou homenagem ao amigo. Pouca gente compareceu, muito medo, intimidações e, temendo uma possível vingança por desaprovarem o ato brutal da Companhia, o primeiro Mártir dessa terra, não recebeu homenagens de Herói.

O advogado Edu Potiguara Bublitz de posição pública contraria as empresas colonizadoras disse:

“...eu decidi a minha luta contra as companhias no dia em que foi enterrado o vereador de Pato Branco. Eu estava ali no

momento do enterro, eu o Dr.Natalício Fischer e mais o um padre de Pato Branco que foi fazer a encomenda do corpo. Estavam ao lado da cova, a viúva e os filhos. A população não compareceu ao enterro, estavam intimidada por essa companhia. O povo teve receio de acompanhar o próprio enterro. Quando largaram o caixão no fundo da cova a viúva e os filhos jogaram um punhado de terra em cima do caixão como despedida. Uma criança de dois anos mais ou menos não tinha jogado terra e a mãe disse: filhinho jogue, dá um adeusinho para o papai, joga uma terrinha também.

A criança abaixou-se pegou uns grãos de areia e jogou na cova do pai. Percebi o barulho quando caíram em cima do caixão de madeira. Tal era o silêncio.

Aquele fato me cortou a alma, me cortou o coração. Senti uma revolta muito grande. Nem sequer o povo teve a coragem de acompanhar aquela família no enterro do seu chefe. Esse foi o momento em que eu decidi. Olhei para cima e fiz uma invocação a Deus: Bom se tem Deus no Céu e Justiça na Terra, eu vou lutar ao lado desse povo! Tomei, nesse momento, a decisão de ficar ao lado do povo e, lutar desse o que desse.”

4. COSIDERAÇÕES FINAIS

Dos estúdios da Rádio Colméia, foi à população do Sudoeste, convocada para se reunir às 17h00min, do dia 09 de setembro de 1957, para deliberar a respeito das medidas a serem tomadas. Não dava mais para suportar as atrocidades. As vítimas, os agricultores do município e dos distritos de Verê e Dois Vizinhos, nas mãos cruéis dos jagunços da Comercial, sem amparo nenhum. As autoridades constituídas, não estavam tomando nenhuma providência, para conter-lhes as atitudes desumanas, praticadas contra o humilde homem do campo.

Com o martírio da família de João Saldanha, e o suplicio das crianças de outro agricultor, foi à gota d'água. O pronunciamento comovente de Ivo Tomazoni, relatando o fato tal qual aconteceu e antes mesmo de terminar a narração, o povo estava diante da emissora, ocuparam as ruas, a Praça Presidente Vargas. Não foi preciso esperar o prazo dado, até as 17 horas. No Salão Paroquial, às 13h30 min do dia 9 de outubro de 1957,

representantes da sociedade civil e, as autoridades decidiram tomar providencias. O movimento foi liderado por Porto Alegre, o senhor Jácomo Trento.

No dia seguinte, em 10 de outubro de 1957, os demais municípios do Sudoeste seguiram Pato Branco e Francisco Beltrão, tomaram o centro de Francisco Beltrão, sede das Companhias. A luta do povo, contra as autoridades, se fez ouvir. Heróis, como Pedrinho Barbeiro e tantos outros, liderados pelos homens de Bem de Pato Branco e de Francisco Beltrão, venceram o conflito.

O Sudoeste do Paraná fez com que a história fosse registrada de forma diferente. Os vencedores foram os humildes, os desarmados, os colonos e não os donos do capital, os senhores detentores de cargos públicos. A justiça, à luta pela terra, o bem maior, pois só com a posse dela é que se consegue dar sustento e formar raízes para a família, o Bem Sagrado, do povo do Sudoeste do Paraná.

5. REFERENCIAS

BOCCHESE, N. F. F. **Pato Branco–PR. A trajetória do Desenvolvimento Econômico**, Palmas, 1998. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) – Setor de Economia - Faculdades Católicas Integradas de Palmas.

CAMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO. **Poder Legislativo Municipal**.

VOLTOLINI, S. **Retorno 2 Pato Branco na Revolta dos Posseiros de 1957**. Artepres Gráfica e Editora Ltda., 1997.

WACHOWICZ, R. C.. **Paraná, Sudoeste: Ocupação e Colonização**. Curitiba, Ed Vicentina,1987.